

# Nos rastros da formação profissional: o projeto de legitimação da Escola Superior de Educação Física de Florianópolis a partir do currículo oficial

*Vanessa Bellani Lyra\**

**Resumo:** A lógica educacional da Escola Superior de Educação Física de Florianópolis (ESEF), criada no ano de 1973, previu a existência de dois currículos oficiais, um destinado aos homens e outro, às mulheres. Baseado, sobretudo, nos estudos da Sociologia da Educação, o currículo oficial será aqui analisado sob a ótica de um elemento legitimador de disposições profissionais a serem adquiridas para a ocupação da posição profissional e social em questão. Assim, a arquitetura pedagógica da ESEF parece ter sido construída sobre pilares diferenciados e diferenciadores de identidades profissionais e sociais com base, sobretudo, em questões advindas das relações desiguais de gênero.

**Palavras-chave:** Capacitação Profissional. História. Educação Física: currículo.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar o currículo oficial da ESEF não nos permite concebê-lo, conforme nos ensina Dominique Julia (2001), “como um mundo fechado, fechado aos ruídos do exterior” (JULIA, 2001, p. 23). Instrumento pedagógico gestado e aplicado no ápice da Ditadura Militar Brasileira, carrega em si marcas definidoras do momento histórico-político que o particularizou e, inevitavelmente, colocou-o a serviço de um ideal a ser conquistado e legitimado. Por tal razão, para que seja possível entendermos de um modo mais aproximado as relações estabelecidas entre a política educacional imposta e a arquitetura curricular da ESEF, fez-se e constantemente se faz importante questionarmos os significados que naquele momento e naquela cultura foram atribuí-

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador-membro do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: va\_lyra@yahoo.com.br

dos a uma dada identidade corporal a ser construída nacionalmente, a saber: corpos fortes, saudáveis e, sobretudo, produtivos.

De acordo com Moreira e Silva (2000, p. 29), o currículo constitui um dos espaços privilegiados de construção de identidades sociais. Sendo um *locus* onde se entrecruzam práticas de significação, de identidade social e de poder, ostenta sua importância ao ocupar o centro dos projetos de reforma educacional e social. Segundo afirmaram, o currículo é um território contestado marcado intensamente por disputas que visam à sobreposição e à vitória de suas verdades.

Aqui se travam lutas decisivas por hegemonia, por predomínio, por definição e pelo domínio do processo de significação. Como política curricular, como macrodiscurso, o currículo tanto expressa as visões e os significados do projeto dominante quanto ajuda a reforçá-las, a dar-lhes legitimidade e autoridade. Como microtexto, como prática de significação em sala de aula, o currículo tanto expressa essas visões e significados quanto contribui para formar as identidades sociais que lhe sejam convenientes (MOREIRA; SILVA, 2000, p.29).

Na esteira do pensamento dos autores citados, podemos entender as identidades profissionais forjadas pelo currículo oficial da ESEF como categorias eminentemente sociais e políticas. Não menos importante, privilegiar indivíduos “naturalmente” aptos e saudáveis era apenas o passo inicial para a consolidação do processo de formação de tais identidades que, segundo eles, “muito mais do que essência – a identidade – é uma relação e um posicionamento” (MOREIRA; SILVA, 2000, p. 26). Se a seleção dos alunos, operacionalizada pelo concurso vestibular, recaiu sobre corpos previamente já distintos, notadamente marcados por aptidões e vantagens físicas, aqui é possível vislumbrá-los como corpos potencialmente capazes de sustentar, de ser e de irradiar essa identidade profissional pretendida. Se entendemos, em consonância com as ideias dos autores, que as identidades só se definem num processo de produção da diferença, processo esse que, segundo eles, é fundamentalmente social e cultural, permitimo-nos também seguir em leve descompasso quando da afirmação de que a diferença, e portanto a identidade, não é um produto da natureza.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

Talvez, em nosso caso, possamos defini-la como não sendo apenas um produto da natureza, sob o cuidado de não perdermos de vista o horizonte das pré-disposições exigidas. Na continuidade do processo, ela – a identidade – é produzida no interior de práticas de significação, em que os significados são contestados, negociados, transformados (MOREIRA; SILVA, 2000, p. 25).

## 2 OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Animados por esses olhares, entendemos que a identidade inscrita no currículo oficial da ESEF, em muitos aspectos, assemelha-se àquela já incorporada no grupo de alunos eleitos. Sendo assim, nossa análise curricular é conduzida por duas ideias centrais inspiradas, por sua vez, no pensamento bourdieusiano (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p.55): se, por um lado, o currículo oficial da Escola pode ser considerado um mecanismo de poder que visa à construção de um novo *habitus* – o *habitus* secundário –, por outro, é possível entendê-lo como um elemento que objetivava pura e simplesmente confirmar, manter ou reforçar as características edificadas pelo *habitus* primário e/ou outros elementos de socialização secundária. Antes, porém, de iniciarmos nossos esforços de entendimento nos dois sentidos apontados, é interessante e necessário para o embasamento teórico de nossa reflexão que façamos uma incursão, ainda que breve, por alguns conceitos norteadores e seus significados em nosso processo.

Em qualquer um dos dois casos anteriormente citados, e ao mesmo tempo nos dois, o trabalho pedagógico secundário<sup>1</sup> realizado pelo currículo oficial da ESEF é responsável, na esfera profissional, por um dos elementos constituintes do processo de formação identitária denominado socialização secundária. Amplamente estudada por Berger e Luckmann em “A Construção Social da Realidade”, a socialização secundária é assim definida:

---

<sup>1</sup> De acordo com Bourdieu e Passeron (1992, p.53-54), enquanto o Trabalho Pedagógico (TP) Primário produz, na primeira educação, um *habitus* primário, característico de um grupo ou de uma classe, e que está no princípio da constituição ulterior de todo outro *habitus*, o TP secundário se caracteriza como todo trabalho pedagógico realizado por outras instâncias de socialização, a exemplo da escola, meios de comunicação etc.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

A socialização secundária é a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições. A extensão e o caráter destes são, portanto, determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento [...] podemos dizer que a socialização secundária é aquisição do conhecimento de funções específicas [...] (BERGER; LUCKMANN, 2003, p.184-185).

Diferenciando-se dos elementos gerais e amplos que caracterizam o “mundo básico” a ser incorporado na socialização primária,<sup>2</sup> os “submundos” a serem internalizados na socialização secundária são apontados pelos autores (BERGER; LUCKMANN, 2003, p.185) como realidades geralmente parciais, ainda que se configurem mais ou menos coerentes onde os componentes afetivos, cognoscitivos e normativos se fazem marcantes. Nessa direção, a formação superior oferecida pela ESEF e legitimada no currículo oficial é interpretada como uma “realidade parcial” a ser apreendida pelo grupo de alunos no decorrer de sua socialização secundária. Por ser parcial, ou seja, interessada e racionalmente organizada, importava a tal realidade a aquisição de disposições profissionais particulares que num mesmo movimento a diferenciasssem enquanto instância legítima de formação superior na área e também aqueles que seriam vistos como os consumidores legítimos de seus saberes, consumindo-os, por sua vez, de forma igualmente legítima (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 49).

Além de estarem encarnadas em outros espaços escolares<sup>3</sup> igualmente responsáveis pela transmissão da poética disciplinar da Escola, tais disposições encontravam-se encapsuladas<sup>4</sup> nas disciplinas

<sup>2</sup> “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p.175).

<sup>3</sup> Na perspectiva de RIBEIRO (2004), “o espaço escolar é um constructo gestado por múltiplos interesses manifestos e ocultos que podem afetar a vida dos sujeitos gerando inclusões e exclusões. É, portanto, um elemento significativo do currículo, aqui entendido em uma perspectiva mais crítica que contempla o conceito de currículo oculto, ou seja, normas e valores que embora não estejam explícitos são, efetivamente, transmitidos pela escola” (RIBEIRO, 2004, p.104).

<sup>4</sup> O termo “encapsulado” foi utilizado pelo Prof. Norberto Dallabrida (2001, p.36) ao referenciar que “para serem transmissíveis e assimiláveis pelos estudantes, os conteúdos culturais selecionados pela educação escolar passam pelo processo de elaboração didática, sendo *encapsulados* sob a forma de ‘disciplinas-saber’. Sua obra apresenta inspiração eminentemente foucaultiana.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

que integralizavam o currículo oficial do curso. Entendê-las na perspectiva foucaultiana apresentada por Veiga-Neto (1996) significou identificar a presença de disciplinas-saber e disciplinas-corpo no arranjo curricular da ESEF.

Embora estejamos nos baseando nos estudos de Foucault sobre as dimensões e poderes da disciplina e nesse sentido entendamos com Veiga-Neto (1995, p.46) que “pensar foucaultianamente a disciplinaridade é entendê-la tanto como fragmentação, disposição e delimitação de saberes quanto como um conjunto de normas e regras atitudinais, na forma de preceitos explícitos e implícitos”, a possibilidade, ainda que teórica e restrita, de isolar as duas dimensões/eixos compreendidos pela disciplinaridade – eixos cognitivo (da disciplina-saber) e corporal (da disciplina-corpo) – nos permitiu, em grande medida, avançar rumo aos dois pontos iniciais que nos propomos a alcançar com nossa reflexão. Sendo assim, as ideias de reforço ou de criação de um *habitus* parecem, respectivamente, estar relacionadas com as dimensões *corpo* e *saber* encapsuladas na lógica das disciplinas curriculares.

### **3 As disciplinas curriculares: seus espaços, seus tempos e a legitimação de uma *hexis corporal***

Prevista no Regimento Interno de 1972, a grade curricular, que se constituiu no principal elemento norteador da formação do primeiro grupo de alunos da ESEF, era como vimos anteriormente, regulamentada pelo Parecer n. 894/1969 e pela Resolução n. 69, de 06 de novembro de 1969, do Conselho Federal de Educação, que fixava os conteúdos e seus tempos relativos ao currículo mínimo que deveria estar presente nos cursos de formação docente em Educação Física.

Tendo estendidas as suas dimensões por um período de três anos, perfazendo uma carga horária mínima de 1850 horas, subdividida, por sua vez, em seis semestres letivos, o currículo em análise vigorou durante os dez anos de existência da Escola, sofrendo apenas uma pequena alteração no fim de 1974, data da entrada efetiva das disciplinas de Futebol e Handebol ao bloco daquelas que compunham o sexto e último período do curso. “Tendo em vista a formação integral

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

do aluno” (ESEF, 1972, Art. 21) e “a título de implantação” (ESEF, 1972, Art. 15), o Regimento determinava a elaboração de um plano de ensino que deveria ser proposto pelo professor titular da disciplina e, em seguida, aprovado pelo Conselho Departamental. Dando liberdade a esse plano de poder contemplar o ensino dos conteúdos sob a forma “teórica e prática, seminários, palestras, excursões, visitas e simpósios” (ESEF, 1972, Art. 22) e, ao mesmo tempo, estando ciente das limitações de espaço físico que atravessavam as instalações da Escola, o Regimento antecipava a realização das atividades práticas do curso, assim como das palestras e seminários “em locais adequados ao seu objetivo” (ESEF, 1972, Art. 23). Uma vez que as obras de construção da piscina da Escola foram iniciadas apenas em 1976 (O ESTADO, 20 de dezembro de 1975), as aulas práticas de Natação, que até o momento vigente ocorriam na Escola de Aprendizes Marinheiros, na Associação Atlética do Banco do Brasil, ou mesmo nas águas da “Praia da Saudade”, próxima ao prédio da Escola,<sup>5</sup> podem ser uma ilustração da referida medida prevista pelo Regimento.

Também prevista pelo Regimento de 1972 e em compasso com as determinações da Lei 5.540/1968, estava a criação dos Departamentos. Entendendo este como “a menor fração da estrutura da Escola para todos os efeitos de organização administrativa, didática, científica e de distribuição de pessoal” (ESEF, 1972, Art. 12), cada Departamento criado deveria reunir as disciplinas curriculares que se mostrassem afins, objetivando “constituir uma área fundamental dos conhecimentos humanos estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações” (ESEF, 1972, Art. 12 §1º). Nesse sentido, ficavam então instituídos o “Departamento de Biologia e Terapêutica; o Departamento de Pedagogia; o Departamento de Ginástica, Rítmica e Recreação e o Departamento de Atividades Desportivas” (ESEF, 1972, Art. 15).

---

<sup>5</sup> Esta informação foi obtida pelo depoimento do Prof. Hercides José da Silva dado à aluna Alessandra Zocoli Borges, no ano de 1996, na época integrante do Projeto “Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense”, sob a coordenação da professora Maria da Graça Vandresen. Hoje, tal depoimento encontra-se arquivado no Acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense: SILVA, H. J. Arquivo de História Oral do Museu da Escola Catarinense: depoimento [30 set. 1996]. Entrevistadora: Alessandra Zocoli Borges. Florianópolis, 1996.

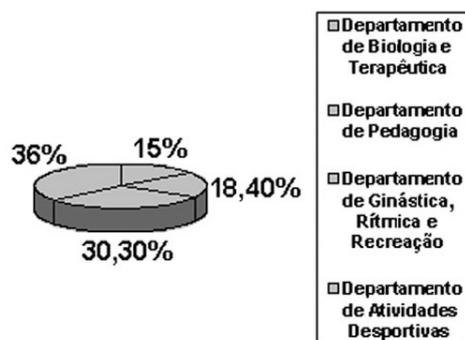
**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

#### 4 UM MODO PARTICULAR DE ANALISAR A QUESTÃO

Se inicialmente criados em tese, a constituição docente e a distribuição disciplinar dos Departamentos da Escola se deram efetivamente na reunião dos professores realizada no dia 18 de outubro de 1973. A partir daí, a Escola reorganizou-se no sentido de criar espaços disciplinares identitários, que pareceram corroborar, em alguma medida, certa hierarquia dos saberes que ali circulavam. Na ata redigida na referida reunião, não nos parece ter ficado aleatoriamente registrada a estruturação burocrática e pedagógica a ser assumida por cada Departamento. Descrevendo as atribuições que caberiam ao Departamento A, B, C e D, respectivamente os Departamentos de Biologia e Terapêutica; Pedagogia; Ginástica, Rítmica e Recreação e Atividades Desportivas, tal documento nos leva a pensar sobre os pesos simbólicos que a hierarquia das disciplinas determinou nas diversas dimensões da arquitetura escolar da ESEF, em especial na formação profissional dos novos alunos. Partindo desse ponto, faz-se interessante e profícuo analisarmos a configuração curricular que assumiu a Escola, distribuída em seus departamentos e relacionada às suas respectivas cargas-horárias semestrais. Longe de suas pretensões de “busca de um modelo”, porém inspirando-se na organização de suas análises, a estrutura que aqui adotamos nos quadros assemelha-se àquela apresentada por Tojal (1995), ao examinar o currículo de três cursos de graduação em Educação Física criados no Brasil entre as décadas de 50 e 70.<sup>6</sup> A Figura 1 nos possibilita uma visão aproximada da distribuição total dos Departamentos da ESEF em relação à proporção da carga-horária ocupada por suas respectivas disciplinas. Importa destacarmos previamente que a exposição dos quadros que seguem reforça a ideia de uma aproximação inicial na formação profissional de todos os alunos, indistintamente, e o seu posterior distanciamento operado pela categoria sexo.

<sup>6</sup> A saber: Escola Superior de Educação Física de São Carlos (1950); Curso de Educação Física do Centro de Ciências Biológicas e Profissões da Saúde da Universidade Metodista de Piracicaba (1970) e Escola Superior de Educação Física de Jundiaí (1974).

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.



**Figura 1.** Representatividade aproximada das disciplinas dos Departamentos da ESEF, em relação à carga-horária total do curso

Fonte: Regimento Interno da ESEF, 1972.

1. Anatomia.....	62 horas/aula
2. Biologia.....	64 horas/aula
3. Biometria I.....	30 horas/aula
4. Biometria II.....	45 horas/aula
5. Cinesiologia I.....	30 horas/aula
6. Cinesiologia II.....	45 horas/aula
7. Fisiologia I.....	30 horas/aula
8. Fisiologia II.....	45 horas/aula
9. Higiene.....	64 horas/aula
10. Socorros Urgentes.....	60 horas/aula
<b>TOTAL.....</b>	<b>475 horas/aula</b>

**Quadro 1.** Disciplinas do Departamento A da ESEF – Departamento de Biologia e Terapêutica

Fonte: Regimento Interno da ESEF, 1972.

Diante da relação de disciplinas agrupadas e oferecidas pelo Departamento A, fica evidente que o objetivo maior de sua criação era cumprir com a obrigação legal imposta pela Resolução 69/1969 do Conselho Federal de Educação. Abrangendo um espaço de 475 horas/aula, o que representava algo em torno de 15% do total de horas ministradas no curso, o caráter biologizante e notadamente descolado de qualquer forma de atuação na prática – ou na prática da pesquisa – que atravessava a estrutura organizacional de tais disciplinas pode

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

ser notado em alguns dos objetivos que selecionamos dentre o universo de todos aqueles propostos pelos planos de ensino. Para a disciplina de Biologia, como primeiro exemplo, o plano pretendia que o aluno pudesse “Distinguir cada molécula precursora que forma o organismo humano”; em Fisiologia I, o aluno deveria ter conhecimentos básicos sobre “Fisiologia Renal”, “Tráfego dos Alimentos”, “Fisiologia do Músculo”; em Biometria II, nota-se uma inclinação maior para o que o programa da disciplina denominou “dimensão morfológica” do ser humano. Buscou-se, explicitamente, “Dar aos alunos conhecimentos de antropometria, a fim de que estes possam realizar medidas antropométricas, ou seja, mensurar os segmentos do corpo humano (membros superiores e inferiores, altura tronco encefálica, envergadura, crescimento e desenvolvimento do indivíduo em formação)”.

É interessante destacarmos a forte presença de médicos na posição de professores nos cursos de formação superior em Educação Física. Massucato e Barbanti (1999, p.8) nos mostram que, já em 1934, quando da inauguração da Escola de Educação Physica, em São Paulo, o primeiro corpo docente era formado em grande parte por médicos, os quais eram responsabilizados por conceder um “status de cientificidade” ao curso. Algumas continuidades desse processo podem ser observadas na estruturação do corpo docente da ESEF de Florianópolis, inaugurada, aproximadamente, quatro décadas mais tarde. As disciplinas curriculares relacionadas à saúde, agrupadas, portanto, neste Departamento, estavam em sua totalidade sob a responsabilidade de médicos profissionais. Para as disciplinas de Anatomia e Higiene, por exemplo, o professor era médico legista, vinculado ao Curso de Formação dos Oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina desde o ano de 1964, médico também era o professor a ministrar a disciplina de Socorros Urgentes, exercendo sua função na Escola Normal de Educação Física desde 1965, médicos, por fim, eram também os professores das disciplinas de Biometria, Fisiologia e Cinesiologia, constituindo exceção a disciplina de Biologia, para a qual o professor designado possuía graduação em Odontologia. Por meio das poucas horas curriculares reservadas ao departamento em foco, estava, pois, assegurado o grau de cientificidade necessário ao respaldo e reconhecimento da legitimidade simbólica do curso. Por fim, é importante des-

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

tacarmos que, para as disciplinas desse Departamento, as aulas eram realizadas em turmas únicas (Quadro 1).

1. Didática I .....	66 horas/aula
2. Didática II.....	60 horas/aula
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau I.....	30 horas/aula
4. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau II.....	30 horas/aula
5. Estudo de Problemas Brasileiros I.....	30 horas/aula
6. Estudo de Problemas Brasileiros II.....	30 horas/aula
7. Organização e Adm. Da Educação Física e dos Desportos I.....	45 horas/aula
8. Prática de Ensino Masculina I.....	45 horas/aula
9. Prática de Ensino Masculina II.....	60 horas/aula
10. Prática de Ensino Feminina I.....	45 horas/aula
11. Prática de Ensino Feminina II.....	60 horas/aula
12. Psicologia Educacional I.....	47 horas/aula
13. Psicologia Educacional II.....	30 horas/aula
TOTAL GERAL.....	578 horas/aula
<b>TOTAL FEMININO.....</b>	<b>473 horas/aula</b>
<b>TOTAL MASCULINO.....</b>	<b>473 horas/aula</b>

**Quadro 2.** Disciplinas do Departamento B da ESEF – Departamento de Pedagogia  
Fonte: Regimento Interno da ESEF, 1972.

O Departamento de Pedagogia (Quadro 2) cumpria, por sua vez, suas obrigações para com as determinações da Resolução 69/1969 que diziam respeito aos alicerces ‘psicopedagógicos’, os quais deveriam sustentar o então curso de Licenciatura em Educação Física. Compreendendo uma carga-horária total de 578 horas/aula, as disciplinas reunidas neste Departamento representavam um espaço de 18,4% do total de horas ministradas do curso.

Até o ano de 1987, ano da implementação da Resolução nº 03 do Conselho Federal de Educação, os cursos de formação de professores na área se caracterizavam por uma postura altamente pedagógica, voltada exclusivamente para a formação do professor e não do profissional. As disciplinas curriculares, de um modo amplo, e aquelas abrangidas por esse Departamento, de um modo particular, garantiam, assim, a condição pedagógica do currículo estabelecido. Ao mesmo tempo, tal “engessamento profissional” era acentuado pela ausência de disciplinas que favorecessem a pesquisa científica na área. Ainda que inserida entre os objetivos institucionais da Escola a prática de

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

“realizar estudos e pesquisas nos vários domínios científicos e técnicos, que constituem, direta ou indiretamente, objeto de seu ensino” (Art. 2º, Regimento Interno, 1972, p.220), o currículo em vigor na ESEF não apresentava subsídios e incentivos ao aprendizado do exercício da pesquisa, nem tampouco à formação do pesquisador.

Em relação ao corpo docente, é conveniente destacarmos a parcialidade que se fez presente em sua constituição. Aproximando os campos da política e da educação, para ministrar a disciplina de Psicologia I e II, foi convocado, por designação do reitor da UDESC, o professor da disciplina de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da mesma universidade. Às disciplinas pedagógicas de Didática I e II, reservava-se a cadeira docente a um professor aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, para a mesma disciplina na Faculdade de Educação da UDESC e à disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus I e II, um professor bacharel em Direito, ex-secretário de Educação do Estado e coautor do Plano Estadual de Educação. Nessa mesma esteira de interesses, é igualmente relevante destacarmos o fato de o professor designado à cadeira de Estudos de Problemas Brasileiros apresentar formação militar “de longa carreira” com graduações em Cursos de Oficial do Exército, na Academia Militar e de Comando do Estado Maior, no Rio de Janeiro.

As disciplinas que compõem este Departamento (Quadro 3) inauguram de modo efetivo, em nossa análise, aquilo que lentamente vinha sendo anunciado pelas disciplinas anteriores: a formação diferenciada por sexo. Se nos Departamentos precedentes as disciplinas eram ministradas em turma única – à exceção da Prática de Ensino – a partir de agora todo o processo de formação fora pensado e concretizado em turmas separadas, baseando-se, como vimos, nas premissas de número ideal de alunos por turmas e, sobretudo, nas diferenças biológicas que caracterizam cada sexo. Ocupando um espaço de 30,3% das horas totais do arranjo curricular da Escola, as disciplinas do terceiro Departamento diferenciavam-se de um setor<sup>7</sup> para o outro no que tange aos conteúdos previstos e ao tempo destinado a cada uma delas.

<sup>7</sup> A terminologia *setor*, provavelmente herança da pedagogia tecnocrática que envolvia a organização da Escola, foi aplicada para identificar o Setor Masculino e o Setor Feminino.

1. Ginástica Feminina I.....	48 horas/aula
2. Ginástica Feminina II.....	50 horas/aula
3. Ginástica Feminina III.....	45 horas/aula
4. Ginástica Feminina IV.....	45 horas/aula
5. Ginástica Feminina V.....	45 horas/aula
6. Ginástica Masculina I.....	77 horas/aula
7. Ginástica Masculina II.....	60 horas/aula
8. Ginástica Masculina III.....	60 horas/aula
9. Ginástica Masculina IV.....	60 horas/aula
10. Ginástica Masculina V.....	60 horas/aula
11. Recreação Feminina I.....	45 horas/aula
12. Recreação Feminina II.....	45 horas/aula
13. Recreação Masculina I.....	45 horas/aula
14. Recreação Masculina II.....	45 horas/aula
15. Rítmica Feminina I.....	62 horas/aula
16. Rítmica Feminina II.....	66 horas/aula
17. Rítmica Feminina III.....	61 horas/aula
18. Rítmica Masculina.....	30 horas/aula
<b>TOTAL GERAL.....</b>	<b>949 horas/aula</b>
<b>TOTAL FEMININO.....</b>	<b>512 horas/aula</b>
<b>TOTAL MASCULINO.....</b>	<b>437 horas/aula</b>

**Quadro 3.** Disciplinas do Departamento C da ESEF – Departamento de Ginástica, Rítmica e Recreação

Fonte: Regimento Interno da ESEF, 1972.

A disciplina de Ginástica é notadamente um elemento marcante no currículo oficial. Presente do segundo ao último período do curso, a disciplina carrega consigo a responsabilidade por 15% da formação masculina (ou 317 horas/aula) e aproximadamente 12% (ou 233 horas/aula) da formação feminina, agrupando e direcionando exercícios e fundamentos de diversas modalidades ginásticas que pertenciam aos diferentes públicos. No entanto, a maior preocupação que atravessava a arquitetura da disciplina como um todo se evidencia na quantidade de elementos técnicos que os alunos deveriam não somente aprender como também dominar. Se aos homens pretendia-se que na Ginástica Olímpica Masculina pudessem “Demonstrar desempenho em nível de solo e aparelhos, dominando acrobacias fundamentais: rolamentos, saltos, equilíbrios, paradas e pirâmides”, às mulheres cabiam, por exemplo, os objetivos de “Praticar elementos acrobáticos de ginástica de solo

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

(reversões, saltos mortais, rolamentos)” ou “Praticar, criar e demonstrar elementos básicos nas barras paralelas assimétricas”. Assim, as diferenciações de formação continuavam e pareciam se acirrar na disciplina de Rítmica, cujo espaço de 189 horas/aula no currículo feminino se sobrepunha verticalmente àquele de apenas 30 horas/aula no currículo masculino.

1. Atletismo Feminino I.....	62 horas/aula
2. Atletismo Feminino II.....	60 horas/aula
3. Atletismo Feminino III.....	45 horas/aula
4. Atletismo Masculino I.....	77 horas/aula
5. Atletismo Masculino II.....	75 horas/aula
6. Atletismo Masculino III.....	60 horas/aula
7. Basquetebol Feminino I.....	31 horas/aula
8. Basquetebol Feminino II.....	46 horas/aula
9. Basquetebol Masculino I.....	32 horas/aula
10. Basquetebol Masculino II.....	45 horas/aula
11. Futebol Masculino.....	35 horas/aula
12. Handebol Feminino.....	45 horas/aula
13. Handebol Masculino.....	45 horas/aula
14. Natação Feminina I.....	48 horas/aula
15. Natação Feminina II.....	45 horas/aula
16. Natação Feminina III.....	47 horas/aula
17. Natação Masculina I.....	62 horas/aula
18. Natação Masculina II.....	60 horas/aula
19. Natação Masculina III.....	45 horas/aula
20. Voleibol Feminino I.....	30 horas/aula
21. Voleibol Feminino II.....	48 horas/aula
22. Voleibol Masculino I.....	34 horas/aula
23. Voleibol Masculino II.....	50 horas/aula
<b>TOTAL GERAL.....</b>	<b>1124 horas/aula</b>
<b>TOTAL FEMININO.....</b>	<b>507 horas/aula</b>
<b>TOTAL MASCULINO.....</b>	<b>620 horas/aula</b>

**Quadro 4.** Disciplinas do Departamento D da ESEF – Departamento de Atividades Desportivas

Ano: 1972

Fonte: Regimento Interno da ESEF, 1972.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

Por fim, parece aqui estarem alojadas as disciplinas curriculares mais importantes para a formação do profissional. Responsável por 36% do total das horas ministradas no curso, ou seja, perfazendo uma carga-horária de 1124 horas/aula, o Departamento de Atividades Desportivas (Quadro 4) se sobressaía aos demais num movimento estruturado que evidenciava o lugar de destaque ocupado pelas atividades desportivas não somente nas composições educacionais da Escola como também nas bases da formação docente por ela oferecida. Se por um lado, como vimos anteriormente, a Escola interessava-se pela formação exclusiva do professor de Educação Física, apto, sobretudo para atuar nos espaços escolares, por outro, ao que nos parece, tal formação, mais do que por conhecimentos pedagógicos, deveria ser atravessada por um grande cabedal de conhecimentos técnico-desportivos, representados pela presença maciça de disciplinas curriculares voltadas aos desportos. Se num mesmo movimento, portanto, o aluno deveria aprender o desporto e ter domínio de sua pedagogia, ou seja, ensinar o desporto, logo, seriam formados professores de desportos? Atletas? Ou, de uma maneira mais ampla, qual o perfil do profissional formado pela ESEF?

## 5 DISCUSSÃO: DO PERFIL À HEXIS CORPORAL

Talvez esse seja um bom momento de retomarmos o rumo de nossas análises iniciais buscando, a partir de todo o exposto, o entendimento da dupla visão que nos moveu a eleger o currículo oficial da ESEF como objeto de apreciação. Já não tão distantes ou opostas, as ideias de construção ou reforço de um *habitus* são agora embaladas pela multiplicidade de elementos curriculares legitimadores da formação docente oferecida pela Escola e que passam a nos servir de lentes de aumento, constituindo os nossos próprios meios e modos de nos aproximarmos dela e entendê-la.

Adentrar esse caminho, no entanto, exige-nos uma rápida consideração. O termo perfil, marca tecnocrática tão frequente quanto indistintamente utilizada no campo da Educação Física brasileira, que pressupõe o alcance de um ideal exterior ao indivíduo, um patamar lógico, neutro e livre de qualquer determinação social será aqui ressignificado

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

e assumirá dimensões maiores. Do movimento de busca de um perfil passemos à incorporação do que Bourdieu fez conhecer por *hexis corporal*:

A *hexis corporal* fala imediatamente à motricidade, enquanto esquema postural que é ao mesmo tempo singular e sistemático, pois é solidário de todo um sistema de técnicas do corpo e de instrumentos, e carregado de uma miríade de significações e de valores sociais: as crianças são particularmente atentas, em todas as sociedades, a esses gestos ou essas posturas onde se exprime a seus olhos, tudo aquilo que caracteriza um adulto, um caminhar, uma postura de cabeça, caretas, maneiras de sentar-se, de manejar instrumentos, cada vez associados a um tom de voz, a uma forma de falar e – como poderia ser de outra forma? – a todo um conteúdo de consciência. (BOURDIEU, 1983, p.58).

Muito além dos padrões estáticos que poderiam constituir o perfil do profissional formado pela Escola, a aquisição da *hexis corporal* submeteu os alunos a um processo dinâmico de incorporação de determinadas marcas corporais, em que indivíduo e mundo social interagiam constantemente sobre a formação do profissional. A partir disso, propomos a reformulação da questão: qual a *hexis corporal* pretendida ao profissional formado pela ESEF? Considerando que existiam dois currículos oficiais em vigor no curso, um construído ao ser pensado para o público feminino que adentraria à Escola e o outro, para o masculino, não podemos deixar de entendê-los, nesse sentido, como formadores de duas *hexis corporais* também distintas.

Observando os quadros anteriores, onde expusemos as disciplinas curriculares agrupadas em seus respectivos Departamentos, fica-nos evidente que os homens receberam uma formação que privilegiou a prática trazida pelas disciplinas dos Departamentos C e D – ou seja, o triunfo das disciplinas-corpo – ora voltadas à aquisição de elementos técnicos (ginásticos) isolados e descolados de seus contextos e finalidades, ora atravessadas pela presença maciça das práticas desportivas. Se isso fez aproximar sua formação àquela destinada às mulheres, esta, por sua vez, diferenciou-se sobremaneira quando constatamos que leveza, elegância e graça constituíam mitificações de uma gestualidade

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

exclusivamente feminina presente em manifestações gímnico-rítmicas, notadamente privilegiadas no currículo feminino. Ao mesmo tempo e em oposição, aos homens coube a incorporação de uma postura intensa, forte e viril, conforme se fez perceber, de um lado pela distância que o currículo masculino tomou das atividades rítmicas e de outro, pela presença de atividades ginásticas exclusivamente masculinas e, sobretudo, por sua proximidade e dedicação aos desportos, que se mostrou bem mais abrangente àquela dirigida às mulheres.

As disciplinas-saber, por sua vez, entendidas aqui como todas aquelas reunidas nos Departamentos A e B, colaboraram com uma parcela menor, porém não menos importante, para a incorporação dessa *hexis*. Talvez o predicado *menor* não seja o mais adequado quando pensamos no fato de que tais disciplinas ocuparam todo o espaço que deveriam ocupar no projeto: nem maior, nem menor. Em acordo com o que dissemos em outro momento, o efeito biologizante das disciplinas do Departamento de Biologia e Terapêutica fez o trabalho de esquadrihar o corpo humano como algo isolado, repartido em segmentos e em órgãos desconectados de sua totalidade enquanto indivíduo e, sobretudo, desconectados de algum tipo de aproveitamento prático em outros momentos de formação e à própria atuação do profissional. Com a principal função de fornecer um status científico ao curso, as disciplinas do referido Departamento limitavam-se ao isolamento de seus espaços curriculares, contribuindo assim com a formação de um profissional com algum conhecimento na área biológica e, ao mesmo tempo, com o protagonismo dos conhecimentos práticos emergentes das disciplinas que anteriormente descrevemos. No mesmo caminho, as disciplinas do Departamento de Pedagogia parecem ter assumido o principal papel de dar vazão aos conteúdos centrais da formação. Ensinando como fazer e, sobretudo, como ser, as dimensões psico-pedagógicas que caracterizavam as bases das disciplinas em questão pareceram ter preparado o grupo de alunos para as formas de atuar e transmitir aqueles conteúdos centrais. Sendo assim, os conhecimentos gerados pelas disciplinas desse Departamento estariam, pois, submetidos e subordinados às determinações estruturais e educacionais subjacentes aos Departamentos C e D.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

Encarando a incorporação da *hexis* como o segundo momento de efetivação do projeto de consolidação da ESEF, iniciado pelo exame de seleção, é possível visualizarmos a engrenagem que o fez funcionar. Se, como vimos, o exame se preocupou em selecionar homens e mulheres que apresentassem características particulares, cada um a seu fim, marcadas respectivamente pelas aptidões aos desportos e às atividades rítmicas, aquilo que descrevemos antes como a *hexis corporal* que, legitimada no currículo oficial, pretendeu-se ao profissional em formação, encontrou nesses corpos um campo fértil e acessível para sua incorporação. Isso, inclusive, reforça o fato, não custa reiterar, de que os indivíduos tenham sido escolhidos justamente por carregarem consigo a possibilidade de identificação com aquilo que estaria à sua espera no decorrer do projeto.

Daí nosso entendimento de que o currículo oficial da Escola operou, num primeiro momento, como elemento de reforço de um *habitus* pré-existente ao poder de suas dimensões. Para serem interessantes à ESEF, os corpos eleitos precisaram, em alguma medida, chegar prontos. O exame de seleção não permitiria a entrada, por exemplo, de um candidato que ainda estivesse por desenvolver as habilidades necessárias às provas de natação: era preciso já saber e conseguir praticar a complexidade dos quatro nados.

Sendo assim, os corpos habituados ao universo das aptidões físicas teriam sido preparados por outras instâncias legitimadoras. Em alguns casos, como nos remete o depoimento do Prof. Iberê Rosa, a intimidade e o gosto pela Educação Física foram iniciados já na infância, resultante da primeira socialização, formadora de um *habitus primário*:

[...] é um quadro que vem se realizando já antecipado ao que provavelmente eu iria semear a atividade, ao ramo da Educação Física [...] e rememorando um acontecimento muito importante, quando eu acho...eu deveria ter o quê uns...12...13 anos...que eu sou Capixaba, sou do Espírito Santo. E lá nós pegávamos uma estação, que eu sou do interior do Estado – Castelo, uma cidade – e lá nós sintonizávamos uma estação de rádio, acho que era... não sei se era Rádio Tamoio

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

que se chamava o nome da Rádio, tinha uma programação de atividade física às 6 horas da manhã. E o professor, ele pela rádio ele...a gente pedia o programa e eles enviavam, era uma cartolina grande com todo o modelo da atividade que era transmitida pela rádio e um bastão. A gente pedia, não me lembro se a gente pagava, como é que era, e eu me interessei por aquilo. E toda a manhã eu escutava o programa. É Osvaldo Diniz Magalhães o nome do meu professor. Então ele, cê vê como são as coisas, então aquilo já era o prenúncio da...do que eu poderia no futuro[...] Então eu acompanhava a programação dele e aí vinha os quadrinhos numerados com o tipo de exercício e ele falava o exercício “Ó, agora pega o bastão vai na vertical”, “flexiona a perna” ou então, “alonga”, “lateral”, “vira, alonga lateralmente”, então ia todas as dicas e um bocado de gente acompanhava ali.<sup>8</sup>

Para outros, a preparação mencionada se deu ou se acentuou em outras instâncias de socialização secundária, formadoras, na mesma medida, de um *habitus secundário*, como é o caso da formação oferecida pelo Curso Normal de Educação Física, pela qual a grande maioria dos alunos passou alguns anos antes. E nesse mesmo sentido, para muitos, a atuação profissional que, conforme descrevemos em outro momento, abrangeu um tempo médio de 4,5 anos antes da entrada no curso superior, parece ter contribuído para a construção de tais disposições. Prontos da maneira que estavam, ocuparam seus lugares nas cadeiras da Escola, onde os aguardava um currículo que privilegiava as atividades práticas e exigia sua execução com maestria. Assim, se por um lado sua arquitetura reforçava a necessidade de uma preparação prévia, por outro, conseqüentemente, reforçava a necessidade de um corpo socializado em um *habitus* que favorece a preparação exigida.

Sob outro ângulo, complementar em todos os sentidos ao primeiro, o currículo oficial também é entendido como elemento forjador de um novo *habitus*. Pela incorporação da *hexis* impressa em sua lógica, surgia no campo da Educação Física catarinense um novo indivíduo social, inédito e admirado em muitos sentidos: o professor formado em

<sup>8</sup> ROSA, I. Depoimento [3 set. 2008]. Entrevistadora: Vanessa Bellani Lyra. Florianópolis, 2008.

nível superior. Conforme tivemos a oportunidade de demonstrar no capítulo anterior, essa autoridade que emanava da formação superior se construiu em oposição a todas as outras configurações assumidas até então pelos cursos que vigoravam na capital, representando uma mudança considerável no status social e profissional dos que a portavam. No entanto, ao que parece, a mudança de que falamos trouxe menos subsídios e inovações aos conhecimentos pré-existentes ao universo dos alunos – algo como um conteúdo especial a ser ministrado somente nos limites da formação superior – que um prestígio puramente simbólico. Como agente de socialização secundária, formador, por sua vez, de um novo *habitus*, o currículo oficial da ESEF apresentava brechas estruturais em sua constituição, conforme aponta o depoimento da Prof<sup>a</sup> Alva:

Eu não troco o Curso de um ano (Normal) por nada na minha vida...nada. Nem mesmo pelo Superior [...] Teve muitas coisas boas no Curso Superior que aumentaram o conhecimento, mas o CEF...a preparação para as escolas nem se compara [...] em todos os sentidos, até na área esportiva, tudo.<sup>9</sup>

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato é que relacionado ou não com sua eficácia, o projeto de consolidação da ESEF, iniciado pelo exame e consolidado pelo currículo oficial, encerrava sua participação direta na socialização secundária de seus alunos com a obtenção do diploma, elemento que por seus efeitos simbólicos é, por excelência, legitimador de um *habitus secundário*. Indiretamente, no entanto, a ação provocada pela ESEF e, sobretudo, pelo trabalho pedagógico secundário realizado pelo currículo, seria sentida posteriormente no campo profissional, sobretudo nas escolas, espaço este que parece ter despertado maior interesse das ideias governamentais para a implantação da política de uma Nova Educação Física, para um Brasil Grande. De outro modo, o novo *habitus* adquirido autorizaria aos profissionais formados a circulação por outros espaços, o contato com outros grupos, novas socializações secundárias

<sup>9</sup> PESSI, A.N. Depoimento [3 set. 2008]. Entrevistadora: Vanessa Bellani Lyra. Florianópolis, 2008.

e, como maior elemento de distinção, a possibilidade de atuação em outras organizações de ensino superior. Eis o quadro que se delineou ao fim do ano de 1976, quando, segundo a Prof<sup>a</sup>. Alva, treze dos alunos formados pela primeira turma da Escola foram admitidos no concurso para professores substitutos na Universidade Federal de Santa Catarina, quase todos para a então cadeira de Prática Desportiva (PDS), hoje Educação Física Curricular.

**On the tracks of the professional formation: the project of legitimation of the Superior School of Physical Education of Florianópolis from the official resume**

**Abstract:** The educational logic of the Superior School of Physical Education of Florianópolis (ESEF), created in the year of 1973, foresaw the existence of two official resumes, one destined to the men and another one to the women. Based, over all, on the studies of the Sociology of the Education, the official resume here will be analyzed under the optics of an element legislator of professional disposals to be acquired for the occupation of the professional and social position in question. Thus, the pedagogical architecture of the ESEF seems to have been constructed on differentiated pillars and differentiators of professional and social identities with base, over all, on questions derived from the different relations of gender.

**Keywords:** Professional training. History. Physical Education: curriculum.

**En las pistas de la formación profesional: el proyecto de la legitimación de la Escuela Superior de la Educación Física de Florianópolis del curriculum vitae oficial**

**Resumen:** La lógica educativa de la escuela superior de la educación física de Florianópolis (ESEF), creada en el año de 1973, previo la existencia de dos curriculums vitae oficiales, uno destinados a los hombres y otro a las mujeres. Basado, sobre todos, en los estudios de la sociología de la educación, el curriculum vitae oficial aquí será analizado bajo óptica de un legislador del elemento de las disposiciones profesionales que se adquirirán para la ocupación de la posición profesional y social en la pregunta. Así, la arquitectura pedagógica del ESEF parece haber sido construida en pilares distinguidos y los diferenciadores de identidades profesionales y sociales con la base, sobre todos, en preguntas sucedieron de las diversas relaciones de la clase.

**Palabras clave:** Capacitación profesional. Historia. Educación Física: curriculum.

## REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. Eliminação e seleção. *In*: BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p. 151-185.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 69/1969**. Documenta (109), Rio de Janeiro, dez/1969.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 894/1969**. Documenta (109), Rio de Janeiro, dez/1969.

DALLABRIDA, N. **A fabricação escolar das elites**: o ginásio catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

EDUCAÇÃO Física. **O Estado**, Florianópolis, p. 15, 20 dez. 1975.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE FLORIANÓPOLIS. **Regimento Interno**. 1972. Artigos nº. 30, 60, 32, 21, 15, 22, 12, 02.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, jan./jun. 2001.

MASSUCATO, J. G.; BARBANTI, V. J. Histórico da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.13, p.7-12, dez. 1999.

PESSI, A.N. **Depoimento** [3 set. 2008]. Entrevistadora: Vanessa Bellani Lyra. Florianópolis, 2008.

RIBEIRO, S. L. Espaço Escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.31, p. 103-118, jul./dez. 2004.

ROSA, I. **Depoimento** [3 set. 2008]. Entrevistadora: Vanessa Bellani Lyra. Florianópolis, 2008.

SILVA, H. J. Arquivo de História Oral do Museu da Escola Catarinense: depoimento [30 set. 1996]. Entrevistadora: Alessandra Zocoli Borges. Florianópolis, 1996.

MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. *In*: MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 7-37.

TOJAL, J. B. **Currículo de graduação em Educação Física: a busca de um modelo**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

VEIGA-NETO, A. **A ordem das disciplinas**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. 1996.

Recebida em: 11.02. 2009

Aprovado em: 10.07.2009

**Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 169-190, janeiro/março de 2010.